



ARTIGO

## **IMPrensa, MEMÓRIA E A DITADURA MILITAR NO ESPÍRITO SANTO (1971-1975)**

*Davi Elias Rangel Santos*

*Mestre e doutorando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Laboratório de estudos em História do Tempo Presente (LabTempo-UFES).*

## Resumo

Este artigo faz parte das reflexões desenvolvidas na pesquisa de mestrado, tendo por base a análise sobre a grande imprensa capixaba, no caso o jornal *A Gazeta*, e a contribuição desta na elaboração e produção de uma memória favorável à Ditadura Militar durante o governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos, entre os anos de 1971 a 1975. Por meio dos documentos examinados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, evidenciou-se o uso indiscriminado da estrutura repressiva contra os opositores do regime ditatorial, o expediente da vigilância contra movimentos civis e estudantis e, em contrapartida, o silenciamento em relação às práticas do arbítrio praticado no estado, que ajudaram a forjar uma memória parcial daquele período marcado pelos Grandes Projetos de Impacto durante a década de 1970.

**Palavras-chave:** Espírito Santo, memória, repressão, imprensa, ditadura militar.

## Abstract

This article is part of the reflections developed in the master's research, based on the analysis of the large press in Espírito Santo, in this case the newspaper *A Gazeta*, and its contribution to the elaboration and production of a favorable memory to the Military Dictatorship during the Arthurian government Carlos Gerhardt Santos, between the years 1971 to 1975. Through the documents examined in the Public Archives of the State of Espírito Santo, the indiscriminate use of the repressive structure against opponents of the dictatorial regime was evidenced, the expedient of surveillance against civil and student movements and, on the other hand, the silencing in relation to practices the arbitration practiced in the state, which helped to forge a partial memory of that period marked by the Great Impact Projects during the 1970s.

**Keywords:** Espírito Santo, memory, repression, press, military dictatorship.

Michel Pollack (1989) realizou estudos e pesquisas acerca da questão da memória. Por conseguinte, identificou que a chamada memória oficial predomina, porque representa o grupo social hegemônico; em contrapartida, as outras memórias, por ele denominadas como “subterrâneas”, permanecem vivas no seio da sociedade. Assim, elas coexistem através da transmissão oral que passa de uma geração a outra, representando uma forma de resistência aos discursos oficiais. A permanência dessas memórias entre os grupos minoritários representa um passado esquecido, silencioso, porém, não morto; segundo o autor, como se estivessem à espera de sair dos guetos e se tornarem conhecidas.

De acordo com essa perspectiva teórica, ao analisarmos os anos de 1970, o contexto capixaba e brasileiro, fica em evidência as *batalhas da memória*, conceito defendido por Pollack. Na época, o estado capixaba era governado por Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975). No auge do período ditatorial, as

narrativas oficiais do Executivo Estadual em sintonia com as narrativas oficiais do governo federal, transmitidas por meio da imprensa, dimensionavam a valorização dos grandes projetos e das grandes realizações governamentais que buscavam alcançar o progresso e o desenvolvimento industrial, em detrimento dos acontecimentos reais em curso naquele momento da história local, e não diferentemente da história nacional.<sup>1</sup>

Para corroborar a afirmação acima, cabe refletirmos sobre algumas fontes pesquisadas de forma a dar a dimensão exata do grau de otimismo e entusiasmo vivido pelo governo capixaba. Tal fato pode ser constatado na capa do jornal *A Gazeta*, do dia 07

<sup>1</sup> Para maiores informações ver: FAGUNDES, Pedro Ernesto; AMORIM, V. A. Grande projetos, grandes esquecimentos: o Espírito Santo entre a modernização conservadora e a repressão política. In: FAGUNDES, Pedro Ernesto; AMORIM, Vitor Angelo de; OLIVEIRA, Ueber de Oliveira (org.). *O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)*. 1ª ed. Vitória: CM Editora, 2014, v.1, p. 140-164.

de abril de 1972, que traz o seguinte título: “Gerhardt anuncia desenvolvimento com entusiasmo”. Na matéria, o governador faz a seguinte afirmação: “Ninguém mais segura o Estado”. Essa análise baseava-se nas perspectivas de desenvolvimento econômico que se abria com os terminais oceânicos visando atender as demandas do “[...] corredor de exportação que se ocupa da faixa marítima do estado e com a possibilidade de produção de gás natural nas reservas de São Mateus” (*A Gazeta*, 07/04/1972, capa).

É interessante notar no discurso político do governador uma clara semelhança com o discurso do governo federal, pois a expressão “ninguém segura esse país” fora cunhada no governo Médici. Como dito, Arthur Gerhardt se apropria do *slogan* para também apresentar a mesma euforia e ânimo quanto ao desenvolvimento do estado para os capixabas, numa operação semelhante com a propaganda oficial liderada pela AERP<sup>2</sup> utilizada a nível nacional.

No dia seguinte ao anúncio feito pelo governador, em entrevista exclusiva ao jornal *A Gazeta*, o mesmo apresenta, na capa do dia 08 de abril de 1972, o seguinte título: “Mensagem de Arthur traz otimismo para o Estado”. Nela é evidenciada que esse “otimismo” se dá com base na realidade, fincada com os pés no chão em razão do desenvolvimento do porto de Vitória, dos investimentos em energia, nas indústrias que estão sendo atraídas pelo potencial logístico e na construção de infraestrutura do estado. Enfim, temas que foram também pauta de vários outros editoriais do referido jornal exaltando, por exemplo, “Os portos abertos” (*A Gazeta*, 04/02/1972, p. 04); “As projeções do crescimento” (*A Gazeta*, 20/02/1972, p. 04); “Ação desenvolvimentista” (*A Gazeta*, 16/03/1972, p. 04); “Otimismo com base na realidade” (*A Gazeta*, 01, 02/04/1972, p. 04), entre outras.<sup>3</sup>

As memórias “subterrâneas” que tratavam das prisões ilegais em nome da Segurança Nacional, do

uso indiscriminado das mais variadas práticas de torturas, cassações de direitos políticos de cidadãos contrários ao regime entre outros, foram esquecidas e silenciadas durante os anos da Ditadura Militar. Posteriormente, esse esquecimento foi mantido pelo interesse de segmentos sociais interessados em relegá-las a escanteio. Porém, é possível fazer um recorte analítico sobre o papel da imprensa capixaba no escanteamento dessas memórias.

Ao lidar com as fontes, sobretudo neste caso específico dos arquivos do Departamento de Ordem Político e Social do Espírito Santo (DOPS/ES), encontramos informações e dados relevantes que nos mostram a atuação dos órgãos de informação e de segurança no estado, alinhados com a Secretaria de Segurança Pública capixaba, em um regime colaborativo que demonstra o grau de interação entre os governos, federal e estadual. Nos documentos referentes aos anos de 1971 a 1975, encontramos no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), informações importantes a respeito da atuação do sistema de informação e segurança no estado do Espírito Santo.

O período que corresponde ao final do ano de 1972 e o primeiro trimestre de 1973, fora decisivo para o sistema repressivo desbaratar a atuação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no estado, com base no documento produzido em caráter confidencial pelo Ministério do Exército, cuja origem era o 38º Batalhão de Infantaria (BI) em Vila Velha, de Informação nº 089-S/2-73, datado em 08 de fevereiro de 1973, difundido entre os órgãos de segurança do estado como a Secretaria de Segurança Pública (SSP/ES), a Polícia Militar (PM/ES), o Departamento da Polícia Federal (DPF/ES) e a Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI/UFES). Tal informe trata, segundo o Relatório Final da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), dos episódios mais graves de violação dos direitos humanos durante a Ditadura no Espírito Santo.

O informe (**imagem 1**) indica que desde o ano de 1969, “esta agência vem se empenhando no levan-

<sup>2</sup> Assessoria Especial de Relações Públicas.

<sup>3</sup> O autor desses editoriais do jornal *A Gazeta* foi o jornalista Uchoa de Mendonça.

tamento das atividades do Secretariado do PCdoB na área”. Em 1972, por intermédio da prisão de Arlindo Sperandio, obtiveram dados e conseguiram montar uma operação que culminou na prisão de 28 suspeitos de integrarem o partido comunista, sendo indicadas 33 pessoas no Inquérito Policial Militar (IPM). Entre os presos encontravam-se: Foedes dos Santos, Jorge Luiz de Souza, Marcelo Amorim Neto, Mirian Azevedo de Almeida Leitão, Vitor Buaiz, que era professor universitário na época, entre outros.



Imagem 1: Informação nº 089-S/2-73, 08/02/1973. Fonte: APPEES.



Imagem 2: Informação nº 089-S/2-73, 08/02/1973. Fonte: APPEES

No relatório (imagem 2) é apresentada a função específica de cada membro dentro do PCdoB, bem como suas atividades em prol do movimento, que iam de pequenas ações – como furtos de mimeógrafos, panfletagem e pichações de muros com palavras de ordem contra a Ditadura – até o exercício profissional de organização de comitê regional, de acordo com as orientações do Comitê Central do partido. A maioria dos dirigentes presos em 1973 era formada por estudantes da UFES. Esse grupo militou dentro do movimento estudantil, o qual por conta do Ato Institucional Nº 5 (AI-5) foi desestabilizado em decorrência do fechamento dos Diretórios Acadêmicos e da fiscalização intensa praticada dentro das universidades.

Além dos estudantes universitários, foram fichados e enquadrados no IPM, estudantes secundaristas, trabalhadores de indústrias, jornalistas, um torneiro mecânico, um técnico de contabilidade, membros de sindicato rural e dois supostos integrantes da chamada Guerrilha do Araguaia.

O informe nº 095-S/2-73 (imagem 3), datado de 01 de março de 1973, revela um relatório extenso sobre a atuação do Secretariado Regional do PCdoB no Espírito Santo. Segundo esse documento, em outubro de 1971, os comunistas capixabas eram liderados por Foedes dos Santos. A direção do PCdoB no Espírito Santo ainda contava com a colaboração de dois estudantes: Jorge Luiz de Souza (Onofre) e Iran Caetano (Dinis), discentes dos cursos de economia e medicina, respectivamente.

Nele, ainda consta a tentativa frustrada de criar a FRENPEs (Frente Patriótica do Espírito Santo) que tinha por objetivo reunir todas “os elementos descontentes, em todo estado, independente de ideologia, filosofia ou religião [...], com o governo para apoiar os ideais revolucionários do partido comunista do Brasil.

Porém, tal ação não passou da intenção, pois segundo o próprio documento, o Comitê Central do PCdoB não autorizou seu funcionamento, “sob a alegação da pouca maturidade de seus membros”. E, cita, ainda, que “não há indícios de funcionamento,

bem como, não foram levantados elementos vinculados à ‘FRENPEs’”.

Outro documento que analisamos (imagem 4) apresentou uma rede de comunicação entre os órgãos de repressão que passava sempre pela Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo (SSP/ES). A Informação nº 021-S 2/73, de 11 de janeiro de 1973, trata da documentação encontrada no Aparelho de Lincon Cordeiro Oest (“Osvaldo” – “Lauro”), membro do Comitê Central do PCdoB. Nele encontra-se um relatório das atividades previstas pelo PCdoB no que tange ao recrutamento, divulgação da guerrilha, dos confrontos com a polícia, da prisão dos companheiros e as mudanças de aparelhos entre outros casos, envolvendo vários estados brasileiros, inclusive o Espírito Santo.

Sobre o estado capixaba, Lincon Cordeiro Oest relata as atividades desenvolvidas por estudantes nos centros da universidade, bem como a organização do Diretório Acadêmico na faculdade de Direito e a panfletagem de folhetos sobre a guerrilha em vários pontos da cidade, além de alguns trabalhos desenvolvidos em cidades do interior, tais como Cachoeiro de Itapemirim e Colatina. Essa informação resultou em ações repressivas da polícia e na captura de “subversivos” nesses locais.

Interessante notar que estes relatos foram feitos entre os meses de junho a dezembro de 1972. Os serviços de inteligência já monitoravam os passos de integrantes do partido comunista. Por aqueles documentos, revela-se que enquanto o país vivia as campanhas nacionalistas de exaltação das conquistas e do progresso alcançado pelo Brasil, que culminaria naquele ano com o ápice das comemorações do Sesquicentenário da Independência e com a volta de D. Pedro I para casa<sup>4</sup>, as ações de militantes de esquerda movimentavam o governo militar e colocavam os serviços de inteligência em estado de alerta máximo,

4 Para maiores informações, ver: COREDEIRO, Janaína Martins. O enterro do imperador foi a festa, capítulo II. Livro: *A ditadura em tempos de milagre: Comemorações, orgulho e consentimento*. 2015, p. 49-83.



Imagem 3: informe nº 095-S/2-73, 01/03/1973. Fonte: APPEES

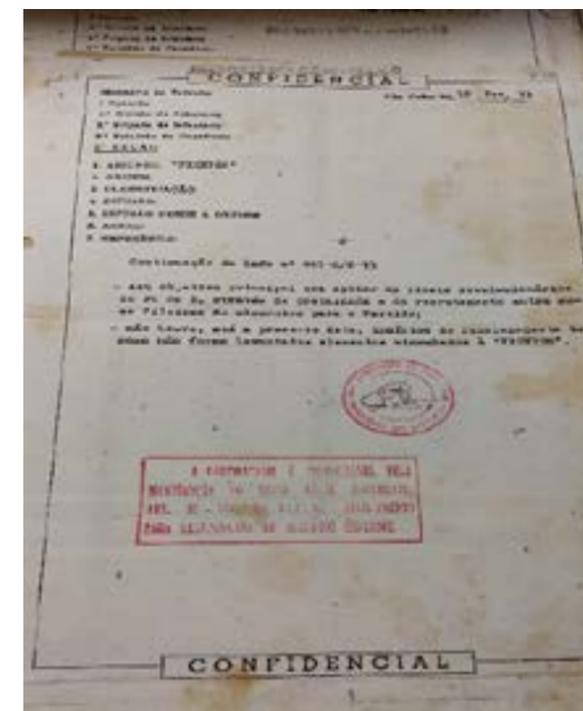


Imagem 4 : informe nº 021-S/2-73, 11/01/1973. Fonte: APPEES

com o intuito de desbaratar focos de resistências espalhados pelo país, assim como no Espírito Santo.

Duas fontes (imagens 5 e 6) encontradas nos arquivos do DOPS/ES, que estão preservadas no APEES, merecem atenção pois se tratam de dois mandados de prisão contra o ex-estudante de medicina da UFES, Iran Caetano. O primeiro mandado de reclusão é do dia 05 de agosto de 1974, devido a sua condenação à pena de “DEZ MESES DE RECLUSÃO” como infrator do artigo 14 do Decreto-Lei 898/69. O segundo foi expedido no dia 07 de agosto de 1974 contra os senhores Iran Caetano<sup>5</sup>, Carlos Alberto Ozorio de Aguiar, José Maurilio Patrício e João Calatroni. Este último participou da Guerrilha do Araguaia e já se encontrava “desaparecido” desde as ações militares contra o movimento guerrilheiro.

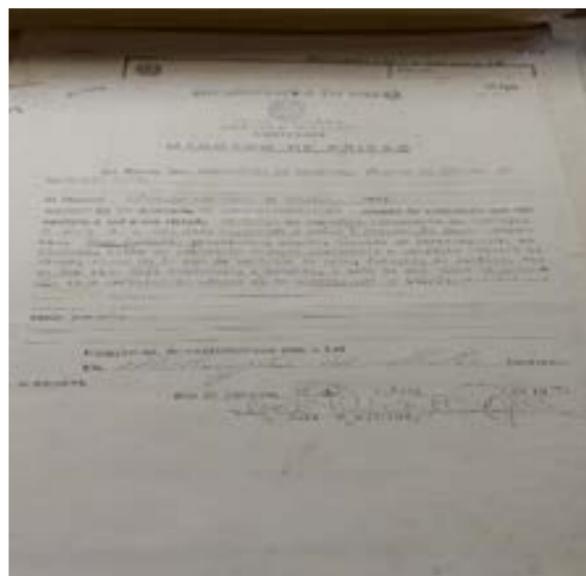


Imagem 5: mandado de reclusão, 05/08/1974. Fonte: APEES

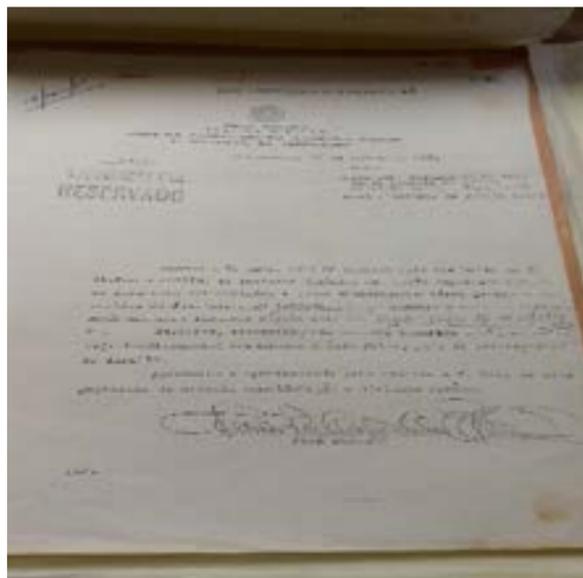


Imagem 6: Mandado de prisão, 07/08/1974. Fonte: APPEES

Ambos mandados foram expedidos pela Justiça Militar do Rio de Janeiro, circunscrita à 1ª Auditoria da Aeronáutica. Os documentos foram enviados em caráter de “URGENTE e RESERVADO”, como todos os documentos produzidos pelos órgãos de informação e segurança para o Secretário de Segurança Pública do Espírito Santo.

É fundamental notar como esses órgãos de segurança se comunicavam entre si e buscavam a cooperação entre os estados de forma orgânica e estruturada. Era de conhecimento deles que o réu Iran Caetano já havia sido preso em 1968 pelo DOPS/SP, por participar do xxx Congresso de Ibiúna que culminou na prisão de centenas de estudantes na cidade do interior de São Paulo. Portanto, suas atividades estavam sendo acompanhadas de perto há tempos. No Espírito Santo, o IPM aberto contra o estudante em 1969 ficou a cargo do 38º B.I, que foi o órgão responsável por investigar atividades “subversivas” em Vitória.

Vale destacar que, em quase todas as fontes do DOPS/ES analisadas neste trabalho, os documentos possuem uma espécie de classificação hierárquica no sentido de designarem a função de cada órgão de

segurança no processo de investigação de atividades suspeitas de serem subversivas. O que se pretende frisar com essa afirmação é o fato de que todos eles possuíam: assunto, origem, classificação, difusão, anexo, referência, de modo a evidenciar o quanto o relatório, ou o pedido de busca, por parte do órgão responsável para tal ação, contava com uma rede de apoio que se amparava em outros órgãos de segurança do estado.

Por exemplo, o pedido de busca nº 046-S2/74 (imagens 7 e 8), expedido pelo 38º B.I contra o “terrorista” Paulo Roberto Telles Franck, foi difundido para 3º csm (3º Comando do Serviço Militar), DPF (Departamento da Polícia Federal), SSP (Secretaria de Segurança Pública), DOPS (Departamento de Operações da Polícia Social), PMES (Polícia Militar do Espírito Santo), CPES (Capitanias dos Portos do Espírito Santo). A difusão das informações entre esses órgãos demonstra o grau de integração entre eles no âmbito estadual (PMES, SSP, DOPS, 38º BI) e federal (DPF, CIE, SNI, JUSTIÇA MILITAR DA AERONÁUTICA).

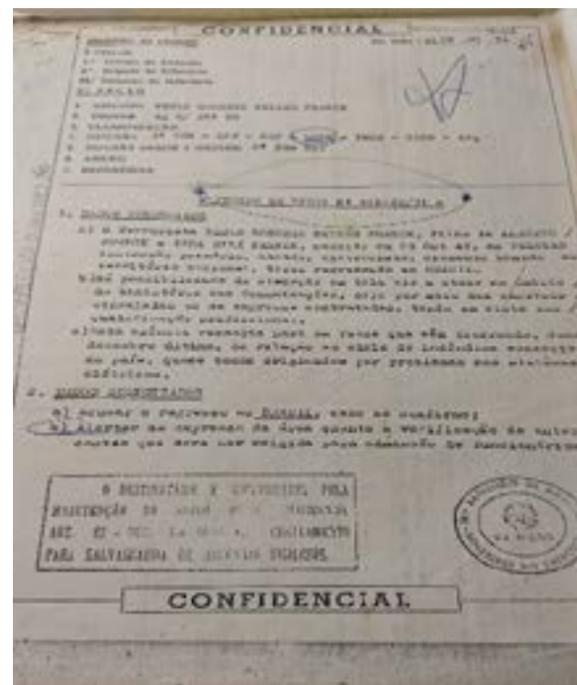


Imagem 7: pedido de busca nº 046-S2/74. Fonte: APEES



Imagem 8: pedido de busca nº 046-S2/74. Fonte: APPEES.

Percebemos que os documentos analisados dialogam de forma clara e objetiva entre si, o que nos leva à seguinte reflexão: Era possível que setores da administração pública estadual, tais como a Secretaria de Segurança do Estado e a Polícia Militar<sup>6</sup>, estivessem envolvidos em práticas investigativas contra suspeitos de “subversão”, cientes de prisões, em alguns casos participando delas e encaminhando os presos para tortura no 38º B.I (como no caso dos estudantes do PC-doB) e o executivo capixaba, na figura do governador do estado, não tivesse ciência de fatos dessa natureza?

No livro biográfico *Arthur Gerhardt: o construtor de futuros*, a jornalista Chris Martinez relata uma

6 Nos arquivos do DOPS/ES foi encontrado o documento, INFORME nº 011-s2/73, que tratava do estudante da Faculdade de Direito, Thiago Almeida Corrêa, investigado pela Polícia Militar de Cachoeiro de Itapeirim por suas supostas atividades “subversivas”, que basicamente se tratava de críticas ao governo do presidente Médici em sala de aula e nos enfrentamentos com alunos e professores da instituição de ensino feitos por ele. Todas as denúncias foram encaminhadas para ssp em Vitória, conforme a fonte citada.

5 Ver o depoimento à Comissão da Verdade da UFES, do ex-estudante Iran Caetano.

fala do ex-governador muito reveladora a respeito da questão apresentada acima<sup>7</sup>:

[...] Preocupado com a intervenção dos militares na caçada aos comunistas, Arthur Gerhardt queria se assegurar de que estaria longe desse assunto e apenas comprometido com a gestão do Estado. A solução encontrada foi colocar na Secretaria de Segurança um general [...]. Isso o isentou de ter que lidar com o general que comandava o 38º Batalhão de Infantaria do Estado. 'Fiquei longe dos milicos' teria dito Arthur" (MARTINEZ; PAIM, 2014, p. 21).

Embora procurasse abster-se, manter-se longe dos "milicos" (termo usado pelo ex-governador) do 38º B.I e livrar-se dessa responsabilidade, o então governador do estado não se furtou a cumprir com os protocolos oficiais de sua função e aos convites feitos pelos militares. Em matéria do dia 26 de agosto de 1972, o jornal *A Gazeta* apresenta a seguinte reportagem: "Arthur entrega a Medalha de Pacificador a oficiais" (*A Gazeta*, 26/08/1972, p. 08). A solenidade do "Dia do Soldado" contou com a presença do governador, que foi o responsável por condecorar três oficiais com a maior honraria do exército brasileiro. Neste dia, estiveram presentes, além do governador, várias autoridades militares e políticas, além de estudantes da educação básica que foram levados em grande número para prestigiar o evento. Isso revela um menor distanciamento do referido Batalhão do que aparentemente desejava Arthur Gerhardt.

Nota-se bem que enquanto era propagandeada os efeitos do "Milagre Econômico" pela imprensa capixaba e as conquistas dos Grandes Projetos de Impacto colocados em prática pelo executivo estadual, grupos contrários à Ditadura Militar agiam, movi-

mentavam-se e tentavam resistir dentro do estado. Esses fatos vão de encontro à memória forjada e declarada pelo ex-governador em entrevista ao jornal *A Gazeta* em março de 2014, na efeméride dos 50 anos do golpe civil-militar, quando disse que não houve de casos de tortura e prisões a presos políticos no Espírito Santo.

Sim, lógico que houve, mas em nível nacional. No Estado, nem no governo de Christiano (Dias Lopes) e *nem no meu houve*. Christiano combateu o crime e não a ideologia política. *No meu período não teve*. O Christiano teve até algum problema com os militares do 38º Batalhão de Infantaria. Mas eu, graças a Deus, *nunca tive* (*A Gazeta*, 29/03/2014, Caderno Especial, *grifos nossos*).

Um importante contraponto às informações do ex-governador sobre a situação política do estado do Espírito Santo pode ser observado no Relatório Final da Comissão da Verdade da UFES, especialmente, no capítulo onde é abordado a 3ª onda repressiva na universidade. Esse trecho trata diretamente das violações dos direitos humanos cometidas em solo capixaba. Para tanto, consta no relatório os depoimentos feitos à comissão em audiências públicas e privadas de aproximadamente 15 ex-militantes, que sofreram perseguições, torturas e traumas que perduram pela vida inteira, dentro do 38º B. I. – atualmente o 3º Batalhão de Caçadores em Vila Velha.

A partir de tais depoimentos foi possível recuperar parte daquelas "memórias subterrâneas" sobre a repressão no Espírito Santo. Por exemplo, segundo um dos depoimentos, entre 22 e 23 de março de 1971, estudantes da UFES ligados à Ala Vermelha do PCdoB foram detidos e levados para o 38º B.I. em Vila Velha. Consta, no Relatório da Comissão da Verdade, que "[...] Os presos foram detidos e levados para o quartel do 3º Batalhão de Caçadores onde foram submetidos a violentas torturas por agentes do DOI-CODI [...]" (*Relatório Final da Comissão da Verdade da UFES*, 2015, p. 77), e, que após três dias de prisão, foram transferidos

para o famigerado DOI-CODI de São Paulo.

Os depoimentos dos ex-estudantes prestados à Comissão da Verdade da UFES, como os de João Amorim, Iran Caetano, Angela Milanez<sup>8</sup>, entre outros, relatam práticas comuns realizadas nas dependências do Exército, tais como tortura física e psicológica.

A dramaticidade dos relatos apresentados durante a audiência pública sobre as prisões a estudantes da UFES torturados no 38 B.I. confirma um fato: as prisões e torturas são episódios que constituem as mais graves violações contra os Direitos Humanos durante a Ditadura Militar no Espírito Santo (*Relatório Final da Comissão da Verdade da UFES*, 2015, p. 100).

Na transcrição feita pela equipe de Arquivologia sobre a audiência pública que envolveu a participação de três ex-estudantes da UFES – Elizabete Madeira, Ângela Martinez e Magdalena Frechiani – o professor Pedro Ernesto Fagundes, em suas considerações iniciais, faz a seguinte afirmação, reveladora para aquele momento: "[...] uma das conclusões que podemos adiantar no nosso relatório que será entregue no ano de 2015, é que o 38º B.I. (Batalhão de Infantaria) ali em Vila Velha funcionou como um centro de tortura durante a Ditadura Militar". E, mais, ao finalizar seu discurso de abertura ele afirma:

O mais importante de tudo é destacar isso: que o Espírito Santo não foi uma ilha da fantasia, não ficou alheio à repressão política que ocorria a nível nacional. No Espírito Santo também tivemos centros de tortura, tivemos repressão política, tivemos estudantes que foram expulsos dessa Universidade, tivemos professores que foram exonerados da Universidade por conta de sua participação política (*Audiência pública, Relatório Final da Comissão da Verdade da UFES*, 2014).

8 Para maiores informações, ver os depoimentos à Comissão da Verdade da UFES, disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6768/1/Livro%20Comissao%20da%20Verdade%20oweb.pdf>.



Imagem 9: Jornal A Gazeta, de 17/03/1973. Fonte: APEES.

Diante desse quadro repressivo marcado pelas prisões, relatos de torturas e aberturas de processos contra vários capixabas indiciados – considerados “subversivos” perigosos e uma ameaça à sociedade – buscamos tais informações nas matérias jornalísticas do jornal *A Gazeta*, durante o mesmo recorte temporal – de dezembro de 1972 a março de 1973 – e para nossa surpresa encontramos apenas uma matéria (**imagem 9**), publicada no dia 17 de março de 1973, sobre a prisão dos estudantes da UFES. O fato gerou a seguinte nota: “31 envolvidos em subversão no Estado”.

Nela constam informações básicas sobre a prisão e o encaminhamento à Justiça Militar do Rio de Janeiro, após a abertura de um IPM feito pelo 38º B.I. contra 31 pessoas acusadas de serem integrantes do Comitê Regional do PCdoB no Espírito Santo e que estavam atuando em Vitória e em algumas cidades do interior do estado. O detalhe que merece destaque é o final da informação: “Na relação de materiais apreendidos para as atividades subversivas do PCdoB capixaba, foram apreendidos mimeógrafos, máquinas de escrever e vários documentos” (*A Gazeta*, 17/03/1973).

Chama-nos a atenção os possíveis “riscos” e as “ameaças” à Segurança Nacional que mimeógrafos e

7 É importante destacar que, conforme o Decreto-lei nº 317 de 13 de março de 1967, os nomes dos candidatos a secretários estaduais de segurança deveriam passar pelo crivo e, conseqüentemente, a aprovação do ministro da Guerra. Embora civis fossem casualmente escolhidos para o cargo, era comum a presença de militares ocupando esse posto estratégico para o governo ditatorial.

máquinas de escrever provocavam nos militares. Nota-se que a matéria constava em plano secundário na capa do jornal, sem qualquer informação que pudesse aprofundar o conhecimento sobre esse fato específico, apenas cita os nomes de todos os integrantes do IPM. A definição de “subversivos” já era motivo para abarcá-los todos na ilegalidade, na clandestinidade, na falta de identidade que não despertava o interesse, pois eles eram “subversivos”, “bandidos”, “foras da lei”, “antibrasileiros” e “comunistas”.

Outro detalhe que quase passa despercebido é que a matéria, datada do dia 17 de março de 1973, não cita o fato de que muitos deles já estavam presos desde 03 de dezembro de 1972, portanto, no mínimo há três meses, sendo que o Inquérito Policial Militar foi aberto semanas depois da ocorrência da prisão. Dentro de um Estado Democrático de Direito, isso seria uma grave arbitrariedade e violação dos direitos humanos cometidos contra qualquer cidadão. Porém, no contexto ditatorial onde as leis estavam suspensas, isto é, num cenário de Estado de Exceção,<sup>9</sup> era muito comum os cidadãos serem presos, interrogados (entende-se por interrogatório, práticas de tortura) e ficarem dias, semanas e até meses “desaparecidos”, sem que os familiares e parentes fossem notificados de onde eles estavam.

Em evidente contraste, na mesma época, as matérias e editoriais publicados pelo jornal *A Gazeta* sublinhavam o otimismo com o futuro. Entre essas manchetes podemos destacar: “Confiança no futuro” (05/12/1972, p. 4); “O crescimento brasileiro” (14/12/1972, p. 4); “Desenvolvimento capixaba e perspectivas” (27/12/1972, p. 04); “1973: Cada vez maior” (01/01/1973, p. 3); “Porto apresenta resultados expressivos no ano de 1972” (01/03/1973, p. 8-9); “Empresários capixabas consideram importante a viagem do Governador” (18/03/1973, p. 5); “Hoje: 09 anos da Revolução” (31/03/1973, p. 13). Esses são apenas alguns exemplos que, entre tantos outros, exaltavam as conquistas, os êxitos governamentais conquistados,

o progresso do Espírito Santo e as viagens do governador em busca de parcerias e de investimentos estrangeiros para o estado. Por outro lado, a situação repressiva do Espírito Santo era ignorada.

Por exemplo, foi apresentada apenas uma nota no jornal *A Gazeta*, entre dezembro de 1972 a março de 1973, sobre o caso dos estudantes da UFES integrantes do PCdoB. Houve apenas um editorial sobre subversão<sup>10</sup>, e absolutamente nada mais sobre as prisões de presos políticos e nem sobre as torturas em qualquer dependência oficial do estado.

É nesse contexto que se situa a imprensa. Fica claro que enquanto órgão de mediação entre a sociedade civil e o governo instituído, ela, embora tenha sido cerceada e perseguida, em muitos casos foi conivente e cúmplice das arbitrariedades praticadas, tanto no Brasil quanto no estado do Espírito Santo. A ausência de notícias e de reportagens ligadas às manifestações de grupos civis contrários à Ditadura Militar em solo capixaba e o “desaparecimento” delas nos noticiários da imprensa local não significa que elas não existiram e que não incomodaram. Tanto que os sistemas de Informação e de Segurança monitoravam sistematicamente as ações e os passos de qualquer grupo ou cidadão ligado aos movimentos de esquerda<sup>11</sup>.

A grande questão é que elas não apareciam nas páginas jornalísticas. O grande público, o cidadão comum não recebia essas informações propositalmente. Os discursos políticos forjados de maneira intencional para atender a uma demanda específica do poder vigente, mais o apoio da imprensa local na maioria das vezes consensual e colaboracionista com

<sup>10</sup> O único editorial de *A Gazeta*, entre dezembro de 1972 a março de 1973, que tratou do tema foi publicado no dia 15/12/1972, p. 04, intitulado “Os subversivos”.

<sup>11</sup> Alguns cidadãos, entre eles políticos da oposição, foram investigados e perseguidos pelo sistema de segurança, mesmo que alguns deles não desempenhassem mais atividades consideradas “subversivas”. Com base nos documentos do DOPS, ver: Informação nº 126/74-SII-DOPS/ES; Informação nº 094/74-S.II-DOPS/ES; Informação nº 420-S/2-74; Informação nº 62/75-SII-DOPS/ES, que trata dos seguintes investigados: Sérgio Pinheiro, Hélio Manhães (ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim pelo MDB, entre 1970 e 1974), Galdino Teodoro da Silva e Guilherme Lara Leite.

o regime, ajudaram na elaboração de representações favoráveis sobre o governo estadual no início da década de 1970, produzindo um tipo de memória positiva naquele contexto específico que contribuiu para estabelecer o consentimento entre amplos setores da sociedade capixaba.

## Referências

- AGAMBÉN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Editora Boitempo 2004.
- CORDEIRO, Janaína Martins. *A Ditadura em Tempos de Milagres: Comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto et al. *O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)*. Vitória: GM, 2014.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. Foi Sempre Assim: *Modus Operandi da Polícia Política do Estado do Espírito Santo (1930 a 1985)*. In: FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). *Arquivos da Repressão Política no Estado do Espírito Santo (1930-1985)*. Vitória, Espírito Santo: GM Editora, 2011, p. 11-34. (Coleção Rumos da História).
- FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). *Relatório Final da Comissão da Verdade*. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES/Supecc, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6768/1/Livro%20Comissao%20da%20Verdade%20%20web.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2019.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- MARTINEZ, Chris; PAIM, Antônio (Orgs). *Arthur Gerhardt: O construtor de futuros*. Vitória-ES, Editora Abook, 2014.
- POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento e silêncio*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol.2, N 3, 1989.

## Acervos Pesquisados

- Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo. Dossiês diversos.
- Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: Jornal A Gazeta.
- Entrevistas concedidas à Comissão da Verdade da UFES.

<sup>9</sup> Ver: Agamben (2004).